

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/06/2015

- [Combate ao abuso e exploração sexual é tema de exposição em Brasília](#)
- [Internos mantêm dez pessoas reféns em unidade da Fundação Casa](#)
- [Corinthians entra em campo contra o trabalho infantil](#)
- [Pipas cruzam o céu do Rio de Janeiro com trechos de histórias infantis](#)
- [Debatedores querem fim de auto de resistência e rechaçam redução da maioria penal](#)
- [Seguridade aprova ampliação das atribuições de conselhos tutelares](#)
- [Aplicativo vai ajudar alunos com necessidades especiais das escolas municipais do Recife](#)
- [Pernambuco tem a menor taxa de evasão escolar do ensino médio](#)
- [HRW alerta que reduzir idade penal não melhorará segurança no Brasil](#)
- [Novo depoimento inocenta menor suspeito de matar ciclista no Rio](#)
- [Pesquisa faz retrato inédito de unidades fechadas para infratoras em cinco estados brasileiros](#)
- [MC é preso por estupro de vulnerável](#)
- [Mais seis municípios devem adotar medidas para eleição dos Conselheiros Tutelares](#)

**Assunto: Combate ao abuso e exploração sexual é tema de exposição em Brasília**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 09/06/2015**



Abertura da 1ª Mostra de Artes sob o tema Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, no Espaço Cultural do TST, com trabalhos realizados por crianças Wilson Dias/Agência Brasil

Trabalhos feitos por crianças e adolescentes dos centros de Convivência e de Referência de Assistência Social do Distrito

Federal estão expostos em uma mostra de arte, sob o tema Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, inaugurada hoje (8), no Espaço Cultural do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O evento faz parte das ações do dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, e é uma realização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do DF. Ao todo, são 19 painéis em que foram aplicadas diferentes técnicas, como pintura e colagem.

Segundo a diretora da dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da secretaria, Roselita Cosmo de Sousa Sales, durante dois meses, os educadores trabalharam o tema com as crianças e adolescentes, que depois colocaram nas telas o que aprenderam. “O objetivo é, discutir, conscientizar e fazer com que eles sejam protagonistas da mudança desse processo. Trabalhando na ponta com as suas comunidades, famílias e realidades, eles podem fazer a promoção e a mudança desse processo”, disse Roselita.

Bruno Cezar é educador social e trabalha em um dos centros de convivência de Brazlândia, região administrativa de Brasília. Ele atende crianças entre 6 e 14 anos e participou dos debates com os alunos. “É um tema complexo, então temos que usar uma linguagem clara e eficaz para as crianças.”

O presidente do TST, ministro Antonio Barros Levenhagen, que participou da cerimônia de abertura, defendeu a necessidade de conscientização sobre o problema e ressaltou que é preciso alertar as crianças, bem cedo, para determinadas situações que as colocam em risco.

A primeira-dama do Distrito Federal, Márcia Rollemberg, também destacou a importância da conscientização: “há possibilidade de a criança perceber os sintomas do que possa estar levando a uma possível prática de abuso e fazer uma prevenção, buscar um apoio e uma orientação antes que o abuso aconteça”.

Os centros de convivência são locais de orientação socioeducativa voltados para a população em situação de risco e vulnerabilidade. Os trabalhos podem ser vistos pelo público até o próximo dia 12, das 8h às 18h, no mezanino do Bloco A do TST, onde fica o Espaço Cultural.

**Assunto: Internos mantêm dez pessoas reféns em unidade da Fundação Casa**

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 09/06/2015



Internos da Unidade Rio Negro da Fundação Casa de Franco da Rocha, na Grande São Paulo, manteve ontem (8), dez pessoas reféns. Não há informações sobre a existência de feridos nem sobre o motivo para a rebelião.

Segundo a assessoria de imprensa da Fundação Casa, representantes da Superintendência de Segurança negociam a liberação dos reféns e o fim da rebelião na unidade.

A assessoria informou à **Agência Brasil** que, após a liberação dos reféns e o fim da rebelião, a Corregedoria-Geral da fundação vai abrir sindicância para apurar as causas do ocorrido.

<b>Assunto: Corinthians entra em campo contra o trabalho infantil</b>
<b>Fonte: Promenino</b>
<b>Data: 09/06/2015</b>

## Promenino

Na partida entre Corinthians e Internacional, que acontece no próximo sábado (13) pela sétima rodada do Campeonato Brasileiro, o time alvinegro vestirá, literalmente, a camisa contra o trabalho infantil – grave problema que ainda atinge 3,1 milhões de meninos e meninas no país.

Trata-se de uma campanha do Ministério Público do Trabalho para o 12 de junho – Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.



Os atletas usarão camisas com três mensagens centrais do projeto: “12 de junho: dia contra o trabalho infantil”; “Não ao trabalho infantil” e “Sim à educação de qualidade”.

**Assunto: Pipas cruzam o céu do Rio de Janeiro com trechos de histórias infantis**

**Fonte:** Promenino

**Data:** 09/06/2015

Promenino



A comunidade carioca do Morro de Santa Marta desfrutou uma manhã única no dia 23 de abril de 2015. Nesta data, na qual se comemorou o Dia Internacional do Livro, as centenas de crianças que habitam o local levantaram suas pipas especialmente produzidas para o momento: seus papéis de seda continham trechos de diversas histórias infantis de autores brasileiros como Ziraldo, Ana Maria Machado, Pedro Bandeira e

Roseana Murray, entre outros.

Naquele amanhecer, as 500 pipas distribuídas pelo Instituto Pró-Livro (IPL) rapidamente preencheram a paisagem do morro, colorindo a comunidade e dando vida ao projeto *Céu de Histórias*, que utilizou um dos brinquedos mais adorados das crianças para estimular a leitura nessa fase tão importante para o desenvolvimento integral.

“É uma forma de criar uma representação mais positiva em relação ao livro e à literatura”, explica Zoara Faila, gerente executiva de projetos do IPL. Para ela, uma experiência prazerosa relacionada às histórias escritas pode aumentar o número de leitores na região. “Essa ação abre uma oportunidade para as crianças explorarem esse universo que é a literatura, além de utilizar o espaço de uma forma democrática, criativa e lúdica.”



Uma pipa solta no céu está em disputa, e os organizadores não enxergam isso como um problema. Ao contrário: a pipa cortada cairá em outro local da comunidade e será lida por ainda mais crianças. Ao final da brincadeira, inúmeras cópias dos livros que tiveram

fragmentos utilizados na ação foram doados à biblioteca comunitária. “Queremos que a pipa crie curiosidade e seja um convite para as crianças lerem o livro na íntegra”, afirma Zoara.



A terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2012) revela que 88% dos leitores afirmam que ganhar livros foi importante para despertar o gosto pela literatura – ao mesmo tempo, 87% dos não-leitores dizem que nunca ganharam um livro. Segundo Zoara, que organizou a pesquisa, as crianças leem principalmente para cumprir uma exigência da escola. “No Brasil, a formação leitora não está acontecendo de uma forma eficaz. Se não há uma promoção adequada da

leitura em casa ou na escola, a criança vai ser facilmente atraída pela televisão e internet e deixará de ser protagonista da construção do conhecimento, passando a ser um depositário de informações prontas.”

Desde 2006, o Instituto Pró-Livro contribui para o desenvolvimento de ações que transformem o Brasil em um país leitor.

De acordo com a pesquisa, apesar de ter o maior público consumidor editorial do país, o Rio de Janeiro possui a menor concentração de leitores com idade entre cinco e 13 anos. Zoara vê com simpatia as ações de estímulo à leitura que ocorrem nos espaços públicos (como o projeto Leitura no vagão) e acredita que eles deveriam ser contemplados por políticas públicas para serem ampliados, e não pulverizados. “É fundamental que essas iniciativas aconteçam em espaços abertos, democráticos, que permitam o acesso a todos – e não um lugar institucional que inibe a presença das pessoas, um espaço não aberto de estudo e pesquisa, como as bibliotecas.” O Céu de Histórias busca patrocinadores para promover a ação em outras comunidades do Rio de Janeiro.

**Assunto: Debatedores querem fim de auto de resistência e rechaçam redução da maioria penal**

**Fonte: Agência Senado**

**Data: 09/06/2015**

SENADO FEDERAL



Rio de Janeiro, 16 de julho de 1990: 11 jovens, na maioria negros e moradores da favela de Acari, foram sequestrados por um grupo formado por policiais. Os corpos até hoje não foram encontrados. Salvador, 6 de fevereiro de 2015: 12 homens e adolescentes negros são mortos no bairro do Cabula, periferia de Salvador. Nove integrantes da Polícia Militar da Bahia são denunciados pelo Ministério Público. Os dois casos, separados por 25 anos, foram citados por debatedores que participaram de audiência pública no Senado para evidenciar que o país ainda não encontrou uma solução para o problema da violência contra a juventude negra.



que participaram de audiência pública no Senado para evidenciar que o país ainda não encontrou uma solução para o problema da violência contra a juventude negra.

No debate realizado pela CPI do Assassinato de Jovens nesta segunda-feira (8), os participantes criticaram, entre outros aspectos, o uso do "auto de resistência" por policiais para encobrir assassinatos, e se opuseram à redução da maioria penal.

Sãos os jovens pobres, especialmente negros, as principais vítimas de homicídios no país. De acordo com dados do Mapa da Violência 2014, divulgado no ano passado: das 56.337 pessoas vítimas de homicídio em 2012, 30.072 eram jovens de 15 a 29 anos. Desse total, 23.160 (77%) eram negros (considerada a soma de pretos e pardos).

Para Maria de Nazaré Costa da Cruz, da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), a morte de negros é banalizada:

— Quando a mídia, que também pratica o racismo, fala desses jovens, criminaliza esse próprio jovem pela sua morte. Quase nunca aparece seu nome. É só mais um. Todos os dias, principalmente nas páginas policiais do meu estado, nos jornais, você tem quatro ou cinco corpos estirados no chão, e quando você vai olhar, são corpos negros – apontou.

### **Auto de resistência**

Essas mortes são em grande parte responsabilidade do próprio Estado segundo participantes do debate promovido pela CPI do Assassinato de Jovens. Eles foram unânimes em apontar as polícias militares como a face mais evidente do racismo.

— A questão é que negros são potencialmente suspeitos na visão racista da PM. Uma invenção jurídica denominada auto de resistência legitima a gritante ilegalidade dos assassinatos dos jovens negros pelos agentes de segurança do Estado – disse Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, do Geledés, Instituto da Mulher Negra.

Atualmente, no caso de resistência à prisão, o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) autoriza o uso de quaisquer meios necessários para que o policial se defenda ou vença a resistência. E determina que seja feito um auto, assinado por duas testemunhas. É o chamado auto de resistência. O fim desse instrumento, que tem sido utilizado, segundo Maria Sylvia, para encobrir homicídios cometidos por policiais, recebeu o apoio de outros debatedores.

— O que nós vemos é que a versão contada pelo PM na delegacia vai sendo reproduzida, aprimorada e repetida até o Tribunal do Júri e acaba sendo um inquérito para provar a culpabilidade da vítima e não uma investigação sobre o ato do homicídio – disse Átila Roque, da Anistia Internacional

### **Maioridade Penal**

Segundo o representante da Anistia Internacional, a redução da maioridade penal, proposta que tem sido apontada por alguns setores da sociedade como solução para o arrefecimento da violência, não vai resolver o problema. Pelo contrário: ele acredita que a medida vai promover um aumento da truculência policial contra os pobres, negros, jovens, moradores das periferias – aqueles que já são suas principais vítimas.

— Nós precisamos reconhecer que as dores das famílias são legítimas, mas não podemos responder com medidas demagógicas, que apenas aumentarão e reforçarão o estigma da criminalização, o estigma do racismo e o estigma da desumanização de uma parcela gigante da nossa juventude – argumentou Átila Roque.

Para a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), a redução da maioridade penal faz parte de uma agenda conservadora que vem ganhando força no Congresso Nacional.

— Isso vai desde a questão da redução da idade penal até a flexibilização do Estatuto do Desarmamento. E não tenhamos ilusões: nós só conseguiremos barrar essas iniciativas se houver muita mobilização de fora para dentro, houver muita pressão, muita mobilização – disse Fátima.

### **Desmilitarização das polícias**

A desmilitarização das polícias também é uma medida necessária e urgente para diminuir o número de mortes, como procuraram reforçar os debatedores. Eles defenderam uma reformulação de todo o sistema de segurança, substituindo uma lógica de “guerra” adotada hoje pelas polícias militares por uma visão mais preocupada com a preservação da vida.

— A polícia, em qualquer lugar do mundo, está qualificada para usar a força física autorizada. A polícia usa a força física. Essa é uma verdade. O que nós precisamos debater é se nós temos possibilidade de criar no Brasil uma polícia responsiva, baseada nos direitos humanos e que não seja racista. Nós estamos tratando aqui de acabar com a Polícia Militar – disse Hamilton Borges Onirê, que encabeça a Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.

**Assunto: Controle de armas e formação policial são apostas de entidades para reduzir assassinato de jovens**

**Fonte: Agência Senado**

**Data: 09/06/2015**



“Durante a minha fala duas pessoas vão ser assassinadas no Brasil, provavelmente jovens, negros e habitantes das periferias das grandes cidades do país”. Foi assim que Ivan Contente Marques, representante do Instituto Sou da Paz, começou sua participação na audiência pública promovida nesta segunda-feira (8) pela CPI do Assassinato de Jovens.

O perfil das vítimas foi confirmado em levantamento da entidade que analisou todos os boletins de ocorrência ligados a homicídio na cidade de São Paulo por três semestres a partir de janeiro de 2012. Para Ivan, a sociedade está insensível, vivendo uma “epidemia de indiferença” mesmo diante de dados alarmantes como os do Ministério da Saúde que revelam o assassinato por arma de fogo de quase meio milhão de jovens no país entre 1980 e 2012.

O instituto ataca o problema em diversas frentes: desde a prevenção, com a Justiça juvenil até aprimoramento da gestão pública de segurança; além da realização de pesquisas originais e a qualificação do trabalho policial. No entanto, é no controle de armas que a entidade mais aposta para reduzir o número de homicídios e considera a lei do desarmamento um avanço na legislação brasileira.

– A arma de fogo é o instrumento que potencializa essas mortes. É óbvio que o problema é muito maior e anterior à a simples questão das armas, mas a gente tem que encarar a realidade de que o Brasil tem uma sociedade violenta – afirmou.

## **Formação policial**

Já o movimento Viva Rio, criado em 1993, investe em projetos de formação policial e articulação comunitária. O representante da entidade, Fabiano Dias Monteiro, citou como exemplo o curso de aperfeiçoamento da prática policial cidadã que é desenvolvido há 13 anos em parceria com a PM do Rio de Janeiro.

No curso, os policiais em treinamento são levados a refletir sobre situações concretas nas quais o trabalho da polícia possa ter sido mal desempenhado. Mesmo assim, Fabiano lamenta que o programa não tenha obtido muitos avanços nem com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que têm atuação mais preventiva nas comunidades.

– Ao final do curso há uma mudança de discurso, ou seja, o reconhecimento de que assegurar direitos é uma função da polícia. Mas, por outro turno, a gente percebe que o policial não se desapega do discurso de que o enfrentamento é a sua missão precípua – lamentou.

Um dos desdobramentos desse programa foi o curso de cidadania e acesso à rede de proteção social, que promove a aproximação da polícia com órgãos que embasam a garantia de direitos para jovens e pobres: caso dos centros de referência de assistência social, centros especializados para tratamento da dependência de álcool e drogas e conselhos tutelares.

O Viva Rio defende uma mudança de filosofia nos processos de seleção e formação dos agentes de segurança, com a coibição de práticas racistas, sexistas e homofóbicas dentro das corporações.

Outra solução apontada foi o empoderamento dos atores locais comprometidos com a redução da violência, a exemplo de líderes comunitários e associações de moradores que desenvolvem um trabalho sem visibilidade e que, por isso mesmo, não consegue ser replicado.

– E por fim algo que é essencial, que é a revisão da nossa lei de drogas. Uma política de drogas que confunde traficante e usuário produz uma quantidade absurda de mortes desnecessárias – concluiu.

**Assunto: Seguridade aprova ampliação das atribuições de conselhos tutelares**

**Fonte: Agência Câmara**

**Data: 09/06/2015**



**Erika Kokay: meninos e meninas aprendem a conviver em grupo, a respeitar regras e a resolver conflitos pacificamente nas atividades esportivas e de lazer.**

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (2), o Projeto de Lei 6855/13, do Senado Federal, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90) para ampliar as atribuições do conselho tutelar.

De acordo com a proposta, o conselho poderá requisitar serviços públicos nas áreas de cultura, esporte e lazer, além dos serviços já previstos hoje – de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

Para a relatora da proposta, deputada Erika Kokay (PT-DF), as mudanças previstas no projeto vem em boa hora, “especialmente na prática esportiva e nas atividades de lazer que meninos e meninas aprendem a conviver em grupo, a respeitar regras, a resolver conflitos pacificamente”.

### **Responsabilidade**

O autor do projeto, ex-senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e hoje governador do Distrito Federal, destaca que o estatuto já prevê, entre os direitos de meninos e meninas, o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

“No entanto, requisitar os serviços nessas áreas não consta entre as atribuições do conselho tutelar, expressamente definidas no ECA”, completa.

Conforme o estatuto, é responsabilidade das prefeituras a criação e a manutenção de pelo menos um conselho tutelar em cada município brasileiro, com cinco conselheiros escolhidos pela comunidade. O órgão tem a função de tomar providências em casos de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

### **Tramitação**

A proposta ainda será analisada, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Assunto: Aplicativo vai ajudar alunos com necessidades especiais das escolas municipais do Recife**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 09/06/2015**

**jornal do  commercio**

Livox, software premiado internacionalmente, será adotado na rede municipal a partir do próximo ano.



**Jhonatan usa o Livox desde o ano passado. Professora Jeyse o auxilia na escola**

Um ano atrás, a rotina de Jhonatan Lins, 18 anos, adolescente que tem paralisia cerebral e é aluno do 5º ano da Escola Municipal do Engenho do Meio, Zona Oeste do Recife, começou a mudar. Ele passou a usar o aplicativo Livox, desenvolvido pelo pernambucano Carlos Pereira. Destinado a pessoas com deficiências motoras e cognitivas, o software tem um catálogo de 20 mil imagens que expressa, por comando de voz, emoções e necessidades básicas e ajuda no aprendizado de matemática e na leitura. A boa notícia é que a partir do próximo ano a ferramenta estará disponível para alunos da rede municipal da capital pernambucana que têm necessidades especiais.

São 2.675 estudantes matriculados nas escolas municipais nesta situação. A maior parte, 1.786, com deficiência intelectual. O aplicativo foi criado por Carlos especialmente para a sua filha, Clara, 7 anos, que também tem paralisia cerebral e não fala. Semana passada o app venceu na categoria Educação do World Cup Tech Challenge 2015, a Copa do Mundo da Tecnologia promovida pela Microsoft, realizada no Vale do Silício, nos Estados Unidos. No mundo hoje são 10 mil usuários do Livox (disponível em 25 idiomas), entre famílias e instituições, como a brasileira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

“O aplicativo será disponibilizado para os alunos da educação especial e para todos os estudantes das séries iniciais do ensino fundamental. Turmas da educação infantil também serão beneficiadas. A ferramenta é útil para qualquer aluno, com deficiência ou não”, explica o secretário-executivo de Tecnologia na Educação do Recife, Francisco Luiz dos Santos. O investimento, segundo sele, será de cerca de R\$ 8 milhões, incluídos a licença do software e

os tablets usados pelos estudantes. A previsão é que cada escola receba no mínimo entre 20 e 25 equipamentos.

As máquinas que a prefeitura vai comprar são mais resistente a quedas e avarias. A Secretaria de Educação está avaliando a possibilidade de os alunos com necessidades especiais levarem os tablets para casa, enquanto os demais terão o uso restrito ao ambiente escolar. “O ganho pedagógico para esses alunos é grande na escola, na família e na sociedade”, ressalta Francisco.

“Meu filho agora tem voz. Depois do Livox ele melhorou muito a comunicação na escola e fora dela. Antes Jhonatan só conseguia se expressar, dizer o que estava sentindo dentro de casa. Hoje é diferente, ele se comunica através do tablet. Agora sinto segurança em deixá-lo com outras pessoas, o que antes não acontecia”, afirma Ginny Lins, mãe do rapaz. O desafio agora será alfabetizá-lo. Jhonatan não fala, mas entende o que escuta e utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Professora do adolescente, Jeyse Oliveira vê com entusiasmo a ampliação do software para todos os alunos da educação especial. “O Livox é fácil de usar e cada professor pode adicionar itens de acordo com a sua programação. Será um avanço para a rede municipal e sobretudo para os alunos, que vão se comunicar melhor e compreenderem mais o que se passa na escola e fora dela”, destaca Jeyse, especialista em educação especial.

**Assunto: Pernambuco tem a menor taxa de evasão escolar do ensino médio**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 09/06/2015**

**jornal do  commercio**

Percentual de evasão escolar da rede estadual é de 3,5%, em 2014.



**Taxa média de abandono do Nordeste é de 10,4% e do Brasil está na casa de 8,7%**

Os alunos das escolas estaduais de Pernambuco foram os que menos desistiram de estudar durante o ensino médio. Segundo levantamento do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep) em 2014, o percentual de evasão escolar da rede estadual é de 3,5%, quando a taxa média de abandono do Nordeste é de 10,4% e do Brasil está na casa de 8,7%. A segunda colocação ficou com São Paulo, 5%, e o terceiro lugar foi de Goiás, 6,9%. Pernambuco já havia registrado em 2013 a menor taxa de evasão do país, com 5,2%.

“A manutenção do Estado em primeiro lugar no ranking representa a estratégia que o Estado vem desenvolvendo para melhoria do Ensino Médio com ações voltadas para o fortalecimento das escolas em tempo integral, a melhoria dos insumos pedagógicos, o empenho e dedicação dos nossos professores, o acompanhamento dos estudantes, e a construção de um currículo alinhado com as suas necessidades”, destaca o secretário de Educação do Estado, Frederico Amâncio. Em relação ao ano passado, Pernambuco também foi o que mais reduziu em termos percentuais: 32,7%.

Segundo a secretaria, novas práticas pedagógicas como a premiação Professor Autor, uso de tecnologias, melhoria de infraestrutura, além de estudo de outros idiomas com a opção de intercâmbio tornaram as aulas mais atrativas, estimulando a permanência dos estudantes nas escolas. "O compromisso dos docentes e o Pacto pela Educação, que visa a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, são fatores primordiais para a redução cada vez mais significativa da taxa de abandono", destaca a pasta em nota enviada à imprensa.

**HISTÓRICO** - Pernambuco apareceu na lista do Inep em 2007 como o segundo Estado com a pior taxa de abandono escolar do Brasil no Ensino Médio.

**Assunto: HRW alerta que reduzir idade penal não melhorará segurança no Brasil**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 09/06/2015**



A ONG afirma que a proposta não é a resposta para a segurança nacional.

A ONG Human Rights Watch (HRW) denunciou nesta terça-feira no Brasil que a proposta de diminuir a idade de imputabilidade penal a 16 anos estudada pelo Congresso viola normas internacionais e não é a resposta adequada aos problemas de segurança que o país enfrenta.

"As crianças e os adolescentes que violam a lei podem e devem ser responsabilizados, mas de uma forma individualizada que promova sua reintegração à sociedade", sustenta a ONG de direitos humanos em uma carta enviada nesta terça-feira a líderes do Congresso.

Uma comissão parlamentar estuda uma proposta de emenda constitucional para reduzir de 18 a 16 anos a idade de responsabilidade penal, de modo que os adolescentes sejam julgados da mesma forma que os adultos, e não sob um regime especial.

A proposta é apoiada por 87% dos brasileiros, segundo uma pesquisa da consultora Datafolha.

No entanto, a HRW afirma que, se for aprovada, o país "colocará em risco os direitos das crianças e adolescentes e, em última instância, a segurança de seus próprios cidadãos".

"Julgá-los e puni-los como adultos não é a resposta para os problemas de segurança pública que o Brasil enfrenta", acrescenta.

Segundo a ONG, um dos vários grupos que batalham para frear a iniciativa, ela se baseia em várias premissas infundadas, entre elas a percepção de que os jovens de 16 a 18 anos são impunes.

A HRW lembra que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, os menores de 18 anos que infringirem a lei serão submetidos a medidas socioeducativas, que podem variar de trabalhos comunitários à internação em centros correccionais por até três anos.

"Se houver impunidade em casos que envolvem adolescentes, é reflexo de uma falha mais ampla que há hoje no Brasil em relação à investigação e consequente responsabilização criminal", acrescenta a carta.

A HRW também afirma que introduzir os jovens de 16 anos no universo penal adulto contradiz a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU, norma que o Brasil aplicou há 25 anos, de forma pioneira entre os países da América Latina.

**Assunto: Novo depoimento inocenta menor suspeito de matar ciclista no Rio**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 09/06/2015**

**jornal do  commercio**

Inicialmente apontado como suspeito, o menor - o único apreendido pela polícia -, não participou do crime, disseram os outros dois jovens que se entregaram.



**O médico Jaime Gold, 57, estava de bicicleta na pista de lazer da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio, quando foi abordado por duas pessoas em frente ao centro náutico do Botafogo. Os bandidos o esfaquearam no abdômen e no braço, e fugiram**

Após novos depoimentos dados nesta segunda-feira (8) pelos três adolescentes apreendidos sob suspeita de esfaquear e matar o médico Jaime Gold na lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio, um dos jovens foi inocentado, disse a Polícia Civil.

Inicialmente apontado como suspeito, o menor - o único apreendido pela polícia -, não participou do crime, disseram os outros dois jovens que se entregaram. Um deles havia até incriminado o adolescente, mas mudou a versão durante audiência realizada nesta segunda-feira (8) no Fórum da Leopoldina, em Olaria, na zona norte.

De acordo com o advogado do primeiro menor, Jeferson Amadeus, após a mudança de versão a defesa vai entrar com um pedido de habeas corpus.

A apreensão do terceiro menor provocou uma reviravolta no caso que já havia sido dado como encerrado pela Divisão de Homicídios da Polícia Civil. Segundo os agentes, os dois primeiros suspeitos haviam comedido o crime.

Segundo a polícia, o primeiro menor foi apreendido após ser reconhecido por uma testemunha. Ele, no entanto, nega que tenha participado do crime.

O segundo menor se apresentou à polícia após confessar o crime para a mãe.

Já o terceiro suspeito, que se apresentou na madrugada do dia 2, afirmou que participou do crime com o segundo menor, descartando a participação do primeiro. Ele afirma que foi responsável pela compra da faca e depois pelo descarte. Mas também nega ter der dado as facadas em Gold.

De acordo com a polícia, ele tem mais de 20 passagens por crimes contra o patrimônio, em sua maioria roubo de colares, celulares e bicicletas, todos realizados na zona sul carioca.

O médico Jaime Gold, 57, estava de bicicleta na pista de lazer da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio, quando foi abordado por duas pessoas em frente ao centro náutico do Botafogo. Os bandidos o esfaquearam no abdômen e no braço, e fugiram com a bicicleta.

**Assunto: Pesquisa faz retrato inédito de unidades fechadas para infratoras em cinco estados brasileiros**

**Fonte: Diário de PE**

**Data: 09/06/2015**

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



Joana (nome fictício), 17 anos, reclama nos corredores. Naquele dia, perdeu a posse de quatro celulares. “Esse foi meu pior dia aqui”, brada a jovem, internada há um ano e cinco meses no Case Santa Luzia, no bairro do Engenho do Meio, no Recife. A unidade é a única do estado a receber meninas menores de idade envolvidas em atos infracionais graves.

Todas as internas foram destinadas pela Justiça a responder pelo seus atos em regime fechado. Apesar de proibidos, celulares são encontrados na unidade, habitada por 30 meninas. O cigarro é liberado pela direção três vezes por dia, desde que a menina tenha dinheiro para mandar comprar. A regra contraria determinação da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase).

A realidade de internas em unidades fechadas de cinco estados brasileiros foi levantada em pesquisa inédita encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Foram ouvidos jovens, agentes socioeducativos e funcionários da equipe técnica de instituições de Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará.

A pesquisa revelou que a estrutura das casas de internação segue a lógica prisional, com grades, reclusão em quartos, além de pouca ou nenhuma atividade pedagógica. Apesar da Lei 12.594/2012, que também assegura ao adolescente casado ou que viva em união estável o direito à visita íntima, as meninas não desfrutam do benefício. Também não recebem apoio nem visita frequente da família e, além da liberdade, são privadas de educação e afeto.

Outra conclusão foi que o sistema tem, em geral, adolescentes pobres, majoritariamente negras e moradoras da periferia. A grande maioria não tinha passagem anterior em unidade de internação. No caso específico de Pernambuco, o que mais surpreendeu os pesquisadores foi o uso liberado do cigarro (leia entrevista).

Renata (nome fictício), 17, está grávida de nove meses do primeiro filho. Natural de Juazeiro,

na Bahia, está no Case há seis meses. Provavelmente permanecerá na unidade com o bebê nos primeiros meses de nascimento. Pior: no mesmo ambiente dedicado às outras jovens. “Aqui é ruim. Os agentes batem na gente. Há dois meses não vejo minha mãe. O governo não liberou o dinheiro da passagem para ela me visitar”, lamenta. Quanto ao companheiro, conta que prefere não vê-lo.

Há cinco anos, Sandra (nome fictício), 17, frequenta diversas unidades da Funase. “Me sinto recuperada, quero voltar para casa, provar que mudei. Aqui faço de tudo, coloco água, cuido do jardim. Se eu não fizer ninguém faz”, conta a menina, que diz manter um relacionamento homossexual na unidade.

“É um desmanche do Estatuto da Criança e do Adolescente”, diz Marília Montenegro, coordenadora da pesquisa.

### **Saiba mais**

11 conclusões da pesquisa

O sistema juvenil opera, em geral, com adolescentes pobres, majoritariamente negras e moradoras da periferia

Os atos infracionais que desencadeiam maior número de internações são homicídio, roubo e tráfico de drogas

A grande maioria das adolescentes não tinha passagem anterior em unidade de internação

A grande maioria das adolescentes têm entre 15 e 17 anos

Muitas adolescentes relataram não receber visitas de familiares porque as unidades estão longe das cidades de seus parentes

A continuidade da vida escolar da adolescente na unidade é missão praticamente impossível, porque nenhum centro tem estrutura

A capacitação para o trabalho envolve cursos voltados ao padrão tradicional de atividades femininas e não apostam nas capacidades criativas e no protagonismo

Adolescentes com transtornos e sofrimentos mentais não recebem atenção específica

Há relatos por parte de adolescentes de todas as regiões do país de maus-tratos, perpetrados principalmente na aplicação de sanções disciplinares de isolamento

Em nenhuma das unidades visitadas as adolescentes estavam autorizadas a receber visita íntima

O relacionamento homoafetivo no interior das unidades é bastante comum, embora proibido e passível de sanções disciplinares

## **Reforma e superlotação**

O cheiro de tinta de parede toma o ambiente. Há duas semanas o Case Santa Luzia está em obras. A previsão é terminá-la dentro de trinta dias. Inclusive com a reativação da piscina, hoje danificada, como espaço de lazer. O imóvel não é próprio e custa R\$ 17 mil mensais aos cofres do governo estadual. O diretor Nielson Liberato assumiu o posto há vinte dias, mas tem 32 anos na Funase. Para ele, a superpopulação é o maior problema do Case. Onde caberiam vinte, estão trinta pessoas, entre elas, três grávidas. Elas são distribuídas em cinco quartos, todos com grades.

“Estamos em uma casa projetada como residência familiar transformada em unidade de internação”, raciocina. Para as meninas, a reforma é boa, mas vai deixá-las ainda mais presas, pois os banheiros estarão nos quartos. Uma das ideias do diretor é implantar um berçário para acomodar melhor os bebês.

As visitas, diz Liberato, acontecem nas quartas-feiras e domingos. “Ontem (quarta-feira), apenas cinco meninas receberam visita”. O diretor confirma as relações homossexuais, mas afirma que não aceita carícias nos corredores.

Quanto à presença de homens na vigilância, ele esclarece que o plantão conta com oito homens e quatro mulheres. “Eles fazem a vigilância externa enquanto elas apoiam no convívio”, explica. As aulas, garante, voltaram a acontecer na última quinta-feira, de forma improvisada, já que as meninas estão ocupando o espaço dedicado à sala de aula.

Em relação ao cigarro, Nielson Liberato explica que libera três cigarros por dia, pois muitas meninas chegam dependentes. “Estamos firmando convênio com a UFPE para fazermos um tratamento anti-tabagismo na unidade, inclusive com colocação de adesivos”, prometeu.

<b>Assunto: MC é preso por estupro de vulnerável</b>
<b>Fonte: Diário de PE</b>
<b>Data: 09/06/2015</b>



Foi preso na manhã desta terça-feira, o MC Vertinho. Everton da Silva Lima foi encaminhado para a Gerência de Proteção da Criança e do Adolescente (GPCA) e de lá para o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. Na unidade prisional, o MC vai aguardar julgamento.

Vertinho é acusado de estupro de vulnerável e teve prisão preventida expedida pela 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife. O MC é investigado desde 2012, quando um vídeo postado na Internet mostrava a performance do artista durante um show do Barro, onde simula sexo oral com uma adolescente de 12 anos e chega a tocar nos seios da garota. O pai da menina acionou a polícia.

**Assunto: Mais seis municípios devem adotar medidas para eleição dos Conselheiros Tutelares**

**Fonte: Ministério Público de PE**

**Data: 09/06/2015**



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou a mais seis municípios (Buenos Aires, Pedra, São João, Belo Jardim, Vicência e Feira Nova) e aos presidentes dos respectivos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdicas) que procedam com as adequações normativas e orçamentárias destinadas à realização do processo de escolha unificado para Conselheiros Tutelares. O pleito está previsto para acontecer no dia **4 de outubro** deste ano em todo o País, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Após observarem que as devidas adequações para a realização da eleição unificada não foram efetuadas pelos municípios, os promotores de Justiça Eduardo Henrique Gil Messias de Melo (Buenos Aires), Ana Cristina Barbosa Taffarel (Pedra e São João), Sophia Wolfovich Spinola (Belo Jardim), Fabiana Kiuska dos Santos (Vicência) e Kívia Roberta de Souza Ribeiro (Feira Nova) expediram as recomendações para orientar a disponibilização dos recursos necessários à realização da eleição, tais como publicação dos editais, qualificação (e eventual contratação) de servidores, acordo para utilização das urnas eletrônicas (e convencionais, caso surja alguma eventualidade), confecção de cédulas (caso a votação tenha de ser manual), divulgação do pleito junto à população, garantia de segurança nos locais de votação e apuração, dentre outras despesas.

Também deverão ser convocadas as reuniões extraordinárias necessárias dos respectivos Comdicas, assim como publicados os editais para regulamentar o pleito e o cumprimento dos prazos estipulados.

Segundo as recomendações, os Conselhos Municipais têm a obrigação de publicar o edital de convocação do pleito com seis meses de antecedência à data prevista para sua realização, conforme artigo 7º da Resolução nº 170/2014, do Conanda. O que, nesse caso, deveria ter acontecido até o dia 4 de abril de 2015.

As autoridades notificadas têm o prazo de 15 dias, a partir da data de seu recebimento, para informarem às Promotorias de Justiça do município quanto à adoção das providências necessárias ao seu cumprimento.

As recomendações de Buenos Aires, Pedra e São João foram publicados no Diário Oficial do dia 2 de janeiro, as de Belo Jardim e Vicência, no dia 3 e a de Feira Nova, no dia 4.